



I Grupo Parlamentar I



Debate de Urgência :: Incumprimento dos compromissos do Governo da República para com os Açores :: Intervenção António Lima

A atual legislatura da Assembleia da República iniciou-se com um Governo do PSD/CDS, de Passos Coelho e Paulo Portas, que seria a continuidade do caminho de empobrecimento do país.

Fruto da vontade da maioria que resultou das eleições legislativas de 2015, firmaram-se acordos à esquerda, que permitiram a formação de um Governo do Partido Socialista.

Esses acordos, que se vieram a apelar de “gerigonça”, permitiram devolver rendimentos, aumentar o salário mínimo, as reformas, há muito congeladas, aumentar os apoios sociais, reduzir os impostos sobre o trabalho, entre outras medidas.

Os açorianos e açorianas sentiram essas medidas e a melhoria que significaram para as suas vidas.

O Governo da República do Partido Socialista, no que respeita às relações com os Açores e às suas responsabilidades para com a Região, meses depois de tomar posse, afirmava, nestas ilhas que era “tempo de revalorizar a Autonomia Regional”, o que implicaria “o reforço da cooperação e solidariedade entre o Governo da República e o Governo da Região Autónoma dos Açores.”

O primeiro-ministro declarava, na visita que realizou aos Açores em 2016, o seu “empenho na reafirmação dos valores da Solidariedade e no desenvolvimento” da “relação solidária entre o Estado e a Região”.

Falava-se então de “um novo impulso de desenvolvimento económico-social e para a promoção da defesa dos interesses regionais”.

É tempo desta casa também avaliar em que se materializou esse anunciado “novo impulso”, estando a legislatura a terminar na Assembleia da República e o vigésimo primeiro governo constitucional prestes a concluir o seu mandato.



I Grupo Parlamentar I



Na opinião do Bloco de Esquerda, para além da mudança de discurso, mais aberto e positivo, a mudança necessária para com os Açores ficou, na sua essência, por concretizar.

Trazemos este debate a esta casa, de forma a elencar, colocando a claro os compromissos que ficaram por cumprir por parte deste governo da república para com a região. Esse debate e essa avaliação é central em democracia e tem de ser feito nesta casa.

A epígrafe deste debate não poderia ser outra. A palavra “incumprimento” é, infelizmente, inevitável. Isso porque, sem margem para dúvidas, poucos foram os compromissos com os Açores que foram cumpridos pelo atual Governo da República.

Começamos pela instalação dos radares meteorológicos. Em abril de 2016, com a retirada completa das infraestruturas Americanas da Serra de Santa Bárbara foi desativado definitivamente o radar meteorológico lá existente - do qual incompreensivelmente dependíamos. A promessa de instalação de três radares nos Açores foi feita e afirmada por diversas vezes.

Hoje não há um único radar meteorológico do IPMA nos Açores.

Ainda esperamos pelo Radar de Santa Bárbara, na ilha Terceira para não falar do radar a instalar em São Miguel e do radar a instalar na ilha das Flores. Estamos a falar de um investimento de 1 a 2 ME, valor irrisório no quadro do Orçamento do Estado.

Ainda no que se prende com a proteção das populações, nada se sabe da segunda tripulações dos helicópteros da base aérea n.4 na ilha Terceira.

Esta segunda tripulação foi anunciada em 2016, mas a verdade é que continuou sem chegar e nem um voto de protesto aprovado nesta casa fez com que surgissem notícias. A sua ausência dificulta a busca e salvamento assim como as evacuações médicas, como se demonstrou quando surgiu a necessidade, em 2017, de realizar duas evacuações médicas em simultâneo em ilhas diferentes - São Jorge e Graciosa.

Na área da justiça o caso mais gritante e absolutamente incompreensível é o do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.



I Grupo Parlamentar I



Promessa eleitoral de vários governos de PS, PSD/CDS e votado ao abandono durante décadas, abriu-se nesta legislatura alguma esperança que este problema atentatório dos direitos humanos fosse resolvido de uma vez por todas. Esse compromisso consta da declaração conjunta do Governo da República e do Governo Regional, assinada em 2016.

Apesar da obra estar inscrita em vários orçamentos do Estado, o que se fez foi apenas uma obra de beneficiação, vulgo remendos, do atual estabelecimento prisional que ainda nem terminou.

O novo estabelecimento prisional, está perdido algures entre o nevoeiro e a bagacina.

São três milhões e meio de euros para remover bagacinas durante três anos, como se alguém acreditasse que não seria possível avançar mais depressa ou escolher outro local.

Querem mesmo que os açorianos/as acreditem que não existia mesmo nenhum terreno em condições em toda a ilha de São Miguel?

Segunda a Secretária de Estado Adjunta da Justiça - pasme-se - é o Governo Regional que afirma que demora dois anos a remover a bagacina da mata das feiticeiras.

Promessa atrás de promessa e o ministério da justiça conseguiu a proeza de, em 4 anos, falar deste assunto dezenas de vezes sem que nada acontecesse.

Inventa-se de tudo, até montanhas para que a obra não se faça. Por este andar nem na próxima legislatura haverá novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

No que respeita às forças de segurança na região, muito ficou por fazer. Ainda recentemente o comandante da PSP nos Açores reivindicava o reforço do número de agentes, a construção de um novo comando regional e das esquadras da Ribeira Grande e do Corvo.

Na área da ciência e investigação, o primeiro ministro prometeu, com pompa e circunstância, em declaração conjunta com o Governo Regional, a criação de um Centro de Investigação Oceanográfica, a sediar na Ilha do Faial, com o objetivo de



I Grupo Parlamentar I



promover uma plataforma de cooperação científica e tecnológica internacional de âmbito transatlântico.

Em 2017, a Sra. ministra do mar afirmava que se iria investir 15 ME em equipamentos para este observatório, até 2021. Já estamos em 2019 e nem um cêntimo foi investido neste projeto, para além das reuniões da comissão instaladora.

Chega-se ao fim da legislatura e pouco se sabe acerca do projeto e o que se sabe, nada tem a ver com o que foi prometido. Vir dizer que o que vai ser criado no Faial já tem dois milhões de euros garantidos é quase anedótico.

Não deixa de ser curioso que António Costa, enquanto Primeiro-Ministro, não mais tenha vindo aos Açores para inaugurar tanta obra prometida.

Ainda no que respeita ao Mar, prometeu o primeiro ministro António Costa, na sua visita aos Açores de 2016, rica em compromissos e promessas, proceder à alteração do Decreto-Lei 38/2015, que desenvolveu a Lei do Mar, decreto que o próprio Governo Regional considerou inconstitucional. Nada foi feito até hoje.

E foi preciso que o Bloco de Esquerda tomasse a iniciativa de propor uma alteração da Lei do Mar, para que o governo regional saísse do casulo e apresentasse uma anteproposta sobre este assunto. Chegou à Assembleia da República a proposta do Governo Regional que procura repor os direitos dos Açores relativamente ao seu mar mas falha na proteção do ambiente marinho.

A atual lei, responsabilidade de PSD e CDS mas também de PS, incluindo dos deputados dos Açores eleitos na Assembleia da República, é defendida acérrimamente pela Ministra do Mar. Não admira assim que nada se tivesse alterado no Decreto-Lei que a desenvolve, como prometido.

Também na área laboral o Governo da República e o Partido Socialista têm também falhado com os Açores. Os trabalhadores da base das Lajes continuam sem acesso a coisas tão básicas como a medicina no trabalho e nunca o governo do PS assumiu essa exigência na comissão bilateral.



I Grupo Parlamentar I



Ainda no que respeita aos direitos de quem trabalha, até hoje esperam as ex-trabalhadoras da COFACO do Pico, pela a majoração dos apoios sociais que uma resolução da Assembleia da República recomendou por unanimidade.

E quando o Bloco quis inscrever essa majoração no orçamento do Estado para 2019, o Grupo Parlamentar do PS chumbou a proposta, com a abstenção do PSD. Os deputados do PS dos Açores vergaram-se à vontade de Mário Centeno.

Quanto à mobilidade dos Açorianos, o Ministro das Infraestruturas, agora eurodeputado, dizia em tempos que era preciso racionalizar custos, o que em economês, quer dizer cortar. Não sabemos quando nem quanto, mas sabemos que isso vai acontecer e quem vai sofrer com esses cortes serão os açorianos e não as companhias aéreas.

?Já sabe o Governo Regional o resultado desse grupo de trabalho ou é só para anunciar para depois das eleições?

Mas vejamos também o que cumpriu o Governo da República para com os Açores.

A reciprocidade entre o serviço regional de saúde e o serviço nacional de saúde - reivindicação muito antiga, foi finalmente assegurada. Mas a julgar pelo que dizia em tempos o Sr. Vice-presidente, em sequência deste acerto de contas os Açores até teriam valores a receber. Será que o Ministro das Finanças, Mário Centeno, já pagou aos Açores esta dívida?

Na ilha Terceira, foram transferidas para a posse da região as casas dos norte-americanos, no bairro Beira-Mar na ilha Terceira e não poderia ser de outra forma. O que se faria em alternativa? Levar-se-iam as casas para fora dos Açores?

Na área tecnológica, foram alguns os projetos anunciados e que se começaram a criar nos Açores.

O que se está a estabelecer é a utilização dos Açores, devido à sua posição geoestratégica e às condições especiais da sua localização atlântica, como terreno para instalações de rastreamento e observação de fenómenos atmosféricos e oceânicos e de controle de iniciativas na área espacial.



I Grupo Parlamentar I



Mas a criação de laboratórios, centros de investigação e desenvolvimento de grande dimensão, que criem conhecimento e atraiam e fixem pessoas qualificadas, é coisa que não se vê.

Nesta legislatura deixamos de ouvir o slogan que tanto ouvimos no passado, tantas vezes dito pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional - “Os Açores primeiro”.

Os compromissos do Governo da República com os Açores são uma mão cheia de nada. O Governo Regional e o Partido Socialista nos Açores têm consciência disso mesmo. É por isso que o lema “Os Açores Primeiro” deu lugar ao silêncio do Partido Socialista e do Governo Regional.